

## A nova Rússia e o homem de sempre

JOSÉ ADELINO MALTEZ

O ano 1989 foi, na verdade, *um ponto alto* marcado por uma determinada forma de *queda de um bloco ou império* que não obedeceu aos preceitos doutrinários do realismo político e do marxismo. Com efeito, como afirma João Paulo II, diferentemente dos que pensavam que *a configuração* estabelecida nas Tordesilhas de Yalta *só poderia ser abalada por outra guerra* eis que a mudança se operou *através de uma luta pacífica que lançou mão apenas das armas da verdade e da justiça*. Através do *empenho não violento de homens que sempre se recusaram a ceder ao poder da força, e ao mesmo tempo souberam encontrar aqui e ali formas eficazes para dar testemunho da verdade*.

O fim do comunismo na URSS e nos países ditos do Leste se foi condicionado pelas relações externas, teve, sobretudo, a ver com circunstâncias internas desses países, nomeadamente pela conquista da chamada sociedade civil feita pelo libertacionismo humanista.

Na verdade, a alteração de regime ocorrida nessas partes da Europa não aconteceu com nenhuma Terceira Guerra Mundial, como o admitiam os chamados realistas políticos, mas sim com as chamadas *revoluções de veludo* de 1989-1990, onde o *poder dos sem poder* foi bem mais poderoso que o *aparelho de poder* do concentracionarismo.

Com efeito, os ingredientes escatológicos do salvacionismo marxista onde o conceito de *alienação* procurava substituir o *pecado original*, que seria redimido por um sistema terráqueo de *construção do socialismo* como objectivo da luta de classes, foi, com o leninismo, reduzido à estreiteza de um maquiavelismo mecanicista.

Na verdade, o marxismo-leninismo, ao adoptar uma antropologia que esvaíava a pessoa de *interioridade* e o mundo de *mistério*, só podia ser superado através de um processo libertacionista que aprofundasse simultaneamente a *imanência* e a *transcendência*, que ultrapassasse o pecado original da alienação,

não pelo irmão-inimigo da *reapropriação* (*Aneignung*) de uma qualquer ditadura de uma qualquer classe, mas sim pela *reconciliação* (*Versöhnung*) entre os homens de boa vontade. A essa dialéctica libertacionista chamou Soljenitsine *milagre*. Esse *quid* que os discípulos do

mecanicismo do *fim da história*, desde os adeptos da *antropo-teologia* marxista aos seguidores da *teo-logia do mercado*, nunca poderão compreender, dado que carecem daquelas asas teóricas que os poderiam levar mais além.

Todos aqueles que, continuam emaranhados na hiper-informação sobre os acontecimentos políticos russos da era pós-gorbatcheviana e que não assumem a modéstia de ler os *sinais dos tempos*, através dos que têm a humildade de juntar o lume da profecia ao lume da razão, serão capazes de elaborar ima- ➔

## Hannah Arendt e as origens do totalitarismo

INÊS MADEIRA DE ANDRADE

O pensamento político de Hannah Arendt deve ser entendido como resposta às catástrofes que ocorreram no tempo em que viveu e é em *The Origins of Totalitarianism* (New York, 1951) que encontro o fundamento para as considerações posteriores sobre a condição humana a as tensões entre a política e a filosofia.

Considerando a discussão desencadeada pela obra, aproximo-me das interpretações de Ronald Beiner, Bernard Crick e Claude Lefort, posição a que se opõem comentadores de Arendt como Bikhu Parekh (*H. Arendt and the Search for a New Political Philosophy*, 1981) e George Kateb (*Politics, Conscience, Evil*, Oxford, 1984) para os quais o pensamento de Hannah Arendt só pode ser entendido a partir da leitura de *Vita Activa*.

Na discussão de *The Origins of Totalitarianism*, abordo a análise que Arendt faz da época moderna e dos elementos (anti-semitismo, decadência do *Nationalstaat*, racismo, expansão pela expansão, aliança entre o capital e a "canalha") que, segundo a autora, não são totalitários em si, mas que, em conjunto, constituem a base do totalitarismo. Neste contexto surge a questão da expansão ilimitada do poder como fim em si próprio. Partindo da tese de Arendt segundo a qual o objectivo das estruturas totalitárias consiste em mudar a natureza humana, aniquilando a diversidade e a espontaneidade humanas e tornando as pessoas substituíveis e supérfluas, analiso, por um lado, os campos de concentração como centros de destruição da personalidade a vários níveis e, por outro lado, a problemática das vítimas.

Neste contexto, põe-se a questão do mal radical. Baseando-me na tese de Hannah Arendt, de acordo com a qual nem a moral estabelecida nem a religião provaram ser garantias contra o totalitarismo, pergunto até que ponto podem proteger o indivíduo e a sociedade de estruturas totalitárias. Disto resulta uma análise da afirmação de Arendt, segundo a qual é necessário, contra a experiência totalitária, assumir a responsabilidade de criar na sociedade, no espaço entre as pessoas, estruturas que protejam a liberdade de cada um e que promovam a capacidade humana de pensar e de agir. □

ginosas teorias de justificação, mas, embora possam conseguir acesso ao combóio da moda, jamais compreenderão que não há história sem homem, não há homem sem interioridade, nem mundo sem mistério.

Do mesmo vício padecem todos aqueles enviados especiais e correspondentes dos grandes meios de comunicação de massas da aldeia global que continuam a olhar o Leste com as categorias ocidentais, onde a direita e os conservadores têm de ser os antigos comunistas, ao mesmo tempo que o espaço da esquerda e das reformas seria ocupado pelos que são adeptos de um ocidentalismo radicalmente capitalista e cosmopolitista, mesmo que as fileiras deste último sejam maioritariamente dominadas pelos antigos privilegiados da *nomenklatura*, agora transformados em homens de negócios, a nova máscara daquela bandocracia que reúne o pior do regime comunista com o pior do regime capitalista.

Só por dentro das coisas é que as coisas realmente são... Só juntando um pouco de lume da protecção ao lume da razão, como dizia o nosso Padre António Vieira, é que podemos compreender a queda do Império Soviético sem uma Terceira Guerra Mundial. Com efeito, em Soljenitsine, a alternativa à superação do comunismo não significa apenas a substituição de Marx e Lenine por certas vulgatas que se dizem filiadas em Adam Smith e pelos *Harvard boys*, à maneira de Egor Gaidar.

Mais do que isso: a adopção pela Rússia e pelos antigos países de Leste de uma *comunidade de destino* com a Europa ocidental e central, impõe que todos os europeus deixem de ser conservadores face àquele pensamento estratégico que, antes e depois da Guerra Fria, continua a não globalizar a Europa da *história comum*. Os mitos do desenvolvimento e do progresso, que vão impregnando a *história dos vencedores* têm, na verdade, impedido que certas culturas vencidas da vida da nossa

Europa possam participar na luta pela mesma vida com a autenticidade do direito à diferença. Estão nestas condições tanto os latinos e os povos de tradição católica, como os eslavos e os povos de tradição ortodoxa, afinal os mais directos herdeiros dos Impérios Romanos extintos em 476 e 1453.

Só podemos pedir à Rússia e aos antigos países de Leste que se religuem à Europa, se dermos à Europa uma dimensão onde possa caber a diferença eslava, ortodoxa e russa.

De outra maneira, haverá sempre uma tendência centrífuga russa, ortodoxa ou eslava, se o instinto profundo da legítima defesa daqueles povos desconfiar, por exemplo que certos interesses imediatos de alguns ocidentais preferem um confronto de Moscovo com Kiev ou de S. Petersburgo com os turcos. O futuro do sonho europeu continua dependente da maneira como forem resolvidos os problemas que deram origem às duas Guerras Mundiais deste século. □

## Cultura, valores e ideologia

CASSIANO REIMÃO

A cultura constitui uma referência básica para o entendimento do social e do político. A realidade social está estruturada em dispositivos que constituem o campo em cujo seio se manifestam as interações e os fenómenos, quer individuais, quer colectivos; esta estruturação manifesta-se em diversos níveis: o nível grupal, o nível institucional e o nível ambiental. Estes diversos níveis interpenetram-se e coexistem. Na sua base, situa-se a cultura que, não sendo uma realidade em si mesma, configura a realidade, tornando-a social, através de um conjunto complexo de factores, tais como as diversas aprendizagens respeitantes à maneira de ser social dos indivíduos e dos grupos, numa sociedade determinada.

Uma característica essencial da cultura é o facto de ser um fenómeno social, na medida em que integra comportamentos regidos por normas sociais; estes comportamentos são

participados pelos membros de um determinado grupo ou de uma determinada sociedade; o conteúdo cultural das formas de comunicação ou de crença reside no seu conhecimento, por parte de um conjunto social, como constituinte dos seus modos de agir. Por outro lado, o conceito de cultura inclui o conceito de modelo, na medida em que os comportamentos marcados pela cultura são comportamentos construídos em conformidade com um modelo mais ou menos flexível, mas reconhecido como normativo e eficaz na orientação das condutas.

A cultura desempenha as seguintes funções: 1. identifica os membros do grupo social através de formas comuns de pensar e de agir, conferindo-lhes uma identidade colectiva; 2. propõe, a uma determinada sociedade, modelos através dos quais são construídos os comportamentos; neste sentido a cultura desempenha um papel integrador e económico, sistematizando as condutas

sociais; 3. condiciona a formação da personalidade individual, imprimindo-lhe modos de comportamento, modelados pelos códigos sociais, num determinado universo cognitivo.

Uma cultura é fundamentalmente constituída por um conjunto de valores que actuam numa dada sociedade; estes manifestam-se, sobretudo, através dos papéis e dão origem a sanções.

O valor foi definido, quer como uma visão do mundo (Redfield, 1953), quer como sistema inconsciente dos nossos pensamentos (Sapir, 1949).

Kluckhohn (1951) apresenta uma definição de valor que integra o individual e o colectivo: "*Um valor é uma concepção explícita ou implícita do desejável, específica de um indivíduo ou característica de um grupo, orientando as modalidades e o sentido da sua acção*". Os valores são sistemas de avaliação social resultantes de uma interacção dinâmica entre o indivíduo e a sociedade, constituindo as normas culturais do juízo social. Os valores apresentam-se, em primeiro lugar, como um conjunto de ideais que servem de base a critérios de avaliação dos indivíduos, dos compor-